

## **O QUE SE FALA DO FIM DO MUNDO?: COLONIALIDADE, EPISTEMOLOGIA E A FICÇÃO DA HETEROSEXUALIDADE EM PERSPECTIVA HISTÓRICA.**

¿QUÉ SE DICE DEL FIN DEL MUNDO?: COLONIALIDAD, EPISTEMOLOGÍA Y LA FICCIÓN DE LA HETEROSEXUALIDAD EN PERSPECTIVA HISTÓRICA..

WHAT IS SPEAKED BEING ON THE END OF THE WORLD?: COLONIALITY, EPISTEMOLOGY AND FICTION OF HETEROSEXUALITY IN HISTORICAL PERSPECTIVE.

### **LOPES JUNIOR, LUIZ GERVAZIO**

Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Graduado em Pedagogia pelo Cruzeiro do Sul (2002) e Mestrado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

E-mail: [luizgljr@gmail.com](mailto:luizgljr@gmail.com)

### **MENEZES, JOEDNA REIS DE**

Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba, Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco; Professora Associada Nível "D" da Universidade Estadual da Paraíba.

E-mail: [joedna8@gmail.com](mailto:joedna8@gmail.com)

#### **RESUMO**

Este texto toma como ponto de partida as discussões a respeito daquilo que temos chamado de Estudos Queer e Estudos Decoloniais a fim de problematizar os discursos que atravessaram e atravessam diretamente a produção de intelectuais das áreas estudadas, mas também de subjetividade de sujeitos fora da norma de gênero e sexualidade ao mesmo tempo que estão em territórios sob efeito de subalternidade, ou seja, pontos de imbricação e distanciamento. Em um primeiro momento do texto é proposta uma torção epistemológica que possibilite perceber a emergência desses sujeitos abjetos no seio do Sistema moderno-colonial e, em um segundo momento é problematizado, a partir de uma revisão de literatura, como as identidades sexuais ditas “normais” e “patológicas” aparecem dentro do regime de poder-saber cientificista, médico e jurídico do século XIX por meio de práticas disciplinares do corpo. Do controle nas ruas aos tratamentos para cura do homossexualismo com terapias de convulsão ou choque, passando pela criminologia, área responsável por atribuir os traços de degeneração e perversidade aos homossexuais. Por fim, compreendo que esse conjunto de saberes se apoiaram no epistemicídio eurocêntrico e na Colonialidade do Gênero como modo de perpetuar as múltiplas formas de violência que marcaram e marcam o corpo de sujeitos desviantes a norma de inteligibilidade cisgênera, heterossexual, branca e geolocalizados em territórios ditos de terceiro-mundo.

PALAVRAS-CHAVE: : Epistemologia; Sexualidade; Raça.

#### **RESUMEN**

Este texto toma como punto de partida las discusiones en torno a lo que hemos llamado Estudios Queer y Estudios Decoloniales con el fin de problematizar los discursos que permean directamente la producción de intelectuales en las áreas estudiadas, pero también la subjetividad de sujetos fuera de la norma de género y sexualidad. al mismo tiempo que se encuentran en territorios bajo el efecto de la subalternidad, es decir, puntos de superposición y distanciamiento. En un primer momento del texto, se propone un giro epistemológico que permite percibir el surgimiento de estos sujetos abyectos dentro del (cis)sistema moderno-colonial y, en un segundo momento, se problematiza, a partir de una revisión de la literatura. , cómo las identidades sexuales llamadas “normales” y “patológicas” aparecen dentro del régimen de poder-conocimiento científico, médico y legal del siglo XIX a través de prácticas disciplinarias corporales. Desde el control en la calle hasta los tratamientos para curar la homosexualidad con terapias de convulsión o shock, pasando por la criminología, área encargada de atribuir los rasgos de degeneración y perversidad a los homosexuales. Finalmente, entiendo que este conjunto de saberes fue sustentado por el epistemicidio eurocéntrico y la colonialidad de género como una forma de perpetuar las múltiples formas de violencia que marcaron y aún marcan el cuerpo de sujetos desviados de la norma de inteligibilidad cisgénero, heterosexual, blanca y geolocalizados en territorios refranes del tercer mundo

PALABRAS CLAVES: Epistemología; Sexualidad; Carrera.

**ABSTRACT**

This text takes as its starting point the discussions regarding what we have called Queer Studies and Decolonial Studies in order to problematize the discourses that directly permeate the production of intellectuals in the areas studied, but also the subjectivity of subjects outside the norm of gender and sexuality at the same time that they are in territories under the effect of subalternity, that is, points of overlap and distance. In the first moment of the text, an epistemological twist is proposed that makes it possible to perceive the emergence of these abject subjects within the modern-colonial (cis)ystem and, in a second moment, it is problematized, based on a literature review, how the so-called “normal” and “pathological” sexual identities appear within the scientific, medical and legal power-knowledge regime of the 19th century by through body disciplinary practices. From control on the streets to treatments to cure homosexuality with convulsion or shock therapies, passing through criminology, the area responsible for attributing the traits of degeneration and perversity to homosexuals. Finally, I understand that this set of knowledge was supported by Eurocentric epistemicide and Gender Coloniality as a way of perpetuating the multiple forms of violence that marked and still mark the body of subjects deviating from the norm of cisgender, heterosexual, white intelligibility and geolocated in territories third-world sayings.

KEYWORDS: Epistemology; Sexuality; Race.



## UMA UTOPIA DA FALHA DO GÊNERO

“Eu sou a falha do gênero”, diz a artista, negra e travesti Lina Pereira, também conhecida como Linn da Quebrada, no Big Brother Brasil (BBB), programa com maior audiência do país. Linn critica o projeto colonial histórico que construiu, impôs e envenenou gênero àqueles que em Abya Yala<sup>i</sup> viviam. Retomo o conceito fundamental de colonialidade do poder desenvolvido por Anibal Quijano em 1989 como “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (Grosfoguel, 2008, p.126).

A meu ver se faz necessário uma breve descrição e historicização ao que hoje tem se convencionado chamar, não sem resistência, de *Estudos Decoloniais* ou *Decolonialidade*. Para isso, em um primeiro momento para fins didáticos delinerei historicamente o pensamento decolonial, antecipando que não há um caráter de exaurir tal debate, muito pelo contrário; já em um segundo momento, apresento o movimento teórico/político que vem se autoafirmando como feminismo decolonial a partir da sua crítica ao feminismo branco *mainstream*; em um terceiro momento problematizo como essa torção epistemológica possibilita enxergar formas de resistências, astúcias, táticas, estratégias, falhas e organizações de sujeitos atravessados pelos efeitos da política de subalternidade.

Assim, em um primeiro momento retomo uma discussão epistêmica a respeito daquilo que chamarei de “torção epistemológica”, ao meu ver, ferramenta necessária na análise de sujeitos dissidente sexuais e de gênero, hoje LGBTQIAPN+ <sup>ii</sup> a partir de atravessamentos, aproximações e distanciamentos que possam racializar os estudos críticos à heterossexualidade, ao passo que projeta a crítica iconoclástica à heterossexualidade como regime de poder dentro das formulações anti-pós-des-decolonial.

Já em um segundo momento me atento numa revisão de literatura no desejo de problematizar: quem é ou quais são os sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade que essa multiplicidade discursiva produziu<sup>iii</sup>. Ou seja, no seio da Colonialidade do saber, do Poder, do Ser e do Gênero, em um movimento que se retroalimenta, como os personagens “heterossexual” e “homossexual” emergem na historiografia e vão perpetuar um regime de controle e dominação colonial.

## O GIRO DECOLONIAL É UMA DESMUNHECADA?

A crítica ao poder colonial e resistência perceptivelmente existe já desde a empreitada das Grandes Navegações em 1492 e da chegada dos primeiros colonizadores, porém como área de conhecimento esse fenômeno se dá a partir dos estudos pós-colônias (HOLANDA, 2020).

O processo de descolonização a partir da metade do século XX ocorrido no chamado nacionalismo de “terceiro mundo”, especialmente na Ásia e África, referente à emancipação desse povo da administração neocolonial será nomeado de “pós-colonialismo”, como afirma a feminista decolonial, dominicana, Ochy Curiel “o pós colonialismo, em sua acepção temporal, começa em 1947, com a independência da Índia do império britânico e com o fim da Segunda Guerra Mundial. (CURIEL, 2020, p. 122). O termo também denomina um conjunto teórico que emerge a partir dos anos de 1980 em universidades da Inglaterra e Estados Unidos (BALESTRIN, 2013, p. 90). Nesse momento se destacam acadêmicos/as/es indianos como Spivak, Bhabha e Mohanty (CURIEL, 2020).

Como consequência do próprio processo de descolonização, Grosfoguel (2012) diz que os estudos ditos estudos “pós-coloniais” carregam consigo a colonialidade, pois o tomam como balizado pelos séculos XVIII e XIX, assim caindo na armadilha da modernidade o lado mais escuro da colonialidade (MIGNOLO, 2017),

nota-se que nem todas as situações de opressão são consequências do colonialismo – veja-se a história do patriarcado e da escravidão –, ainda que possam ser reforçadas ou ser indiretamente reproduzidas por ele. Em suma, ainda que não haja colonialismo sem exploração ou opressão, o inverso nem sempre é verdadeiro. (BALESTRIN, 2013, p. 90)



Completa Ochy Curiel no texto *Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial*, apresentado em junho de 2014

para Grosfóguel, como para outrxs pensadorxs latino-americanxs decoloniais, a experiência colonial começa em 1492, trezentos anos antes – um tempo de partida fundamental, porque é a partir desse momento que se concretiza a relação modernidade colonialidade que produz a superioridade epistêmica e política do Ocidente sobre o resto do mundo. (CURIEL, 2020, p. 123)

Foi um caloroso debate comprometido com desenvolver táticas e epistemologias livres da relação de colonização. O turco Alik Dirlik denuncia o uso do conjunto das formulações teórica dos estudos pós-coloniais como uma espécie de aproveitamento, por parte dos intelectuais saídos do Terceiro Mundo, que passam a produzir nos grandes centros como Estados Unidos (CURIEL, 2020).

Sob uma visão do passado quatro obras sepulcrais da famosa “tríade francesa”: Aimé Césaire com *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador* (1947), Albert Memmi em *Discurso sobre o colonialismo*, Franz Fanon com *Os condenados da terra* (1961) (BALESTRIN, 2013) e o clássico de Edward Said, *Orientalismo* (1978) (CURIEL, 2020).

Na década de 70 do século XX se articulava o Grupo de Estudos Subalternos, localizado no sul asiático, sob a liderança de Ranajit Guha, marxista indiano. “O termo ‘subalterno’ fora tomado emprestado de Antonio Gramsci e entendido como classe ou grupo desagregado e episódico que tem uma tendência histórica a uma unificação” (BALESTRIN, 2013, p. 92-93). O artigo da indiana Gayatrik Spivak publicado em 1985 citado anteriormente, intitulado *Pode a subalterna falar?* É uma profunda crítica à produção de saber ocidentalizada que ao tentar dar voz a essas mulheres causavam ainda mais invisibilização e culpabilização dos homens negros, reiterando a lógica colonial do negro agressivo, em outras palavras, “homens brancos salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura” (SPIVAK, 2014, p. 119), ou ainda “nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem que esse ato seja imbricado no discurso hegemônico” (ALMEIDA, 2010, p. 12).

Inspirado no grupo asiático é formado o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos. Dizia Santiago Castro – Gómez em seu *Manifiesto Inaugural del Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos*

O trabalho do Grupo de Estudos Subalternos, uma organização interdisciplinar de intelectuais sul-asiáticos dirigida por Ranajit Guha, inspirou-nos a fundar um projeto semelhante dedicado ao estudo do subalterno na América Latina. O atual desmantelamento dos regimes autoritários na América Latina, o final do comunismo e o consequente deslocamento dos projetos revolucionários, os processos de democratização, as novas dinâmicas criadas pelo efeito dos meios de comunicação de massa e a nova ordem econômica transnacional: todos esses são processos que convidam a buscar novas formas de pensar e de atuar politicamente. (Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos, 1998, p. 70).

Segundo afirma Balestrin (2013), o Manifesto foi publicado numa coletânea em 1988, intitulada *Teorias sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización em debate*. Ainda segundo a autora, Walter Mignolo, já em seu artigo publicado na mesma coletânea, defendia que os conceitos do grupo sul asiático não deveriam ser apenas traduzidos para a realidade latino-americana. Para Mignolo, o esquema colonial/moderno na América dita latina possui suas devidas especificidades. Em 1988 o grupo se desintegra e formam o Grupo Modernidade/Colonialidade a qual citei no início. Esse caminho exposto me parece importante por dois motivos: 1) mostra a multiplicidade e diversidade de pensamentos que orbitam e poluam aquilo que hoje chamamos de *Pensamento Decolonial ou Estudos Decoloniais*; e 2) historiciza não apenas os conceitos, mas o caminho epistemológico, o que torna possível não cristalizar categorias de pensamento ou romantização de um possível retorno à essência anterior à colonização.

Apesar de alguns autores apontarem para a existência de pesquisador/a/e e/ou teórico/a/e brasileiro/a/e no Grupo Modernidade/Colonialidade (CURIEL, 2020), outras/es/os denunciam o apagamento da realidade brasileira e da colonização portuguesa que por sua vez foi a mais duradoura, em detrimento da colonização espanhola (BALESTRIN, 2013). Se por um lado, não temos completa certeza da atuação de brasileiros/as/es no Grupo Modernidade/Colonialidade, por outro, ainda em 1988, a historiadora, feminista, negra, brasileira Lélia Gonzalez publica o seu hoje clássico artigo *Por um feminismo afro-latino-americano*.



Digo “hoje clássico” porque na memória, o complexo epistemicídio dos saberes de sujeitos subalternos, invisibilizou a produção intelectual de Lélia, mas não inviabilizou sua luta, sendo marcada pela fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) e aprofundamento das relações coloniais e conseqüentemente racistas no Brasil. Criticou e expôs o mito da democracia racial. Nesse mesmo ano a historiadora define o conceito de amefricanidade no trabalho A categoria político-cultural da amefricanidade, pondo em questão a constituição da língua e nossa enquanto sujeitos a partir da imbricada relação entre gênero, raça, classe e colonialidade, pois “a América, enquanto sistema etnográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos” (GONZALEZ, 1988, p. 76).

Retomo aqui a historicização que tenho feito do Grupo Modernidade/Colonialidade e reitero que esse caminho cronológico é usado estrategicamente para fins didáticos, não havendo um caminho evolutivo. Esse movimento não deve suprimir ou invisibilizar organizações, grupos de estudos e outras epistemologias geopolíticas sob efeitos de subalternidade. Esse caminho também não tem pretensão de encontrar um foco de irradiação ou de criar um mito fundador, antes disso, desejo localizar uma produção de pensamento no tempo, assim como é possível com qualquer outra.

Citando Escobar, Alessandra Balestrin (2013) resume que a genealogia do pensamento do grupo inclui influências do pensamento latino-americano do século XX como: Teologia da Libertação; teoria da dependência; Debate sobre modernidade e pós-modernidade; o grupo latino-americano de estudos subalternos; a teoria feminista chicana; a teoria pós-colonial; e a filosofia africana.

O Grupo Modernidade/Colonialidade é também considerado como “um programa de investigação” (ESCOBAR, 2003, p. 53) ou “projeto decolonial” (CURIEL, 2020, p. 126) por intelectuais e ativistas. Do grupo de intelectuais após o rompimento do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos a minoria dos intelectuais acompanhou Mignolo (BALESTRIN, 2013). O grupo foi paulatinamente passando por seminários, publicações coletivas, congressos internacionais, simpósios e se estruturando epistemologicamente.

Intelectuais e ativistas latino-americanos alocados em grandes centros de produção de conhecimento como a Universidade do Estado de Nova York (SUNY) ou na Universidade de Duke e em instituições espalhadas pela América-Latina formaram o grupo.

Em 2008, o filósofo decolonial Nelson Maldonado-Torres, no artigo *La descolonización y el giro des-colonial*, propõe pensar acerca da “a globalização continua funcionando em parte como uma expansão de ideais truncados de humanidade e subjetividade, bem como de poder e conhecimento.” (MALDONADO TORRES, 2008, p. 64, tradução nossa). O termo “giro” não tem relação com o giro linguístico ou outros giros, visto que,

O giro des-colonial refere-se, antes de mais nada, à percepção de que as formas modernas de poder produziram e ocultaram a criação de tecnologias de morte que afetam de modos diferentes comunidades e sujeitos. Isto também se refere ao reconhecimento de que as formas coloniais de poder são múltiplas e que tanto o conhecimento como a experiência vivida dos sujeitos que foram mais marcados pelo projeto moderno de morte e desumanização são altamente relevantes para a compreensão das formas modernas de poder e para fornecer alternativas para eles mesmos (MALDONADO TORRES, 2008, p. 66, tradução nossa).

O conceito de giro decolonial então está apoiado numa diferença elementar para os estudos decoloniais: a diferença entre o conceito de colonialismo e de colonialidade. Ao desenvolver o conceito de *Colonialidade do Poder* Quijano (2005) propõe que o colonialismo existiu em um dado momento do tempo enquanto uma prática política, econômica e cultural e que seu fim aqui no Brasil, por exemplo, se processa numa ruptura como consequência das Guerras Napoleônicas e da vinda da Família Real para o Brasil, instaurando um Império. Já a Colonialidade, também definida por Mignolo (2017) como *Matriz Colonial de Poder (MCP)*, é a continuidade das relações de dominações e subalternização de territórios geopolíticas ancorados em ficções como raça e gênero para manutenção do capitalismo global internacional.

É inspirado nas teorias pós-coloniais, nos clássicos da “tríade francesa”, nos conceitos decoloniais do Grupo M/C e nas experiências das feministas autônomas, dos movimentos populares de mulheres como a Marcha Mundial da Mulher (MMM), na Marcha das Margaridas, no feminismo *chicano* e outras experiências, que o que chamamos de *Feminismo Decolonial* se organiza.



Começo o texto com uma citação da artista Lina Pereira sobre ser a falha do gênero no *reality show* e organizei essa subseção denominada *O giro decolonial é uma desmunhecada?* no sentido de mostrar que esse conceito articulado estrategicamente a outros, permitirá mostrar como se construíram as ficções de gênero e raça, o empobrecimento e a heterossexualidade compulsória. Aliado ao conceito do sistema-mundo moderno/colonial de gênero permitirá compreender como o gênero ocidental foi imposto na relação colonizador/colono, em alguns casos com o apoio e cooptação dos machos e como o conceito de gênero desenvolvido pelo feminismo, branco e ocidental invisibilizou ou pior, impossibilitou e apagou análises de realidades organizadas a partir de outras categorias (OYEWUMI, 2020; LUGONES, 2020);

## CISTEMA MODERNO-COLONIAL DE GÊNERO

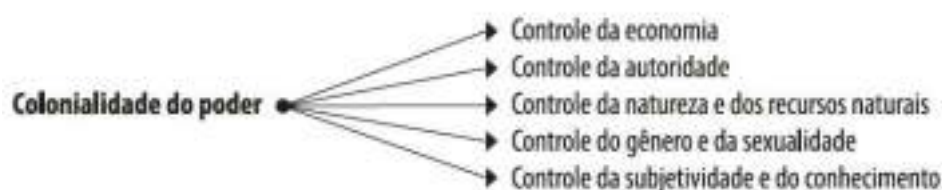
Citando uma densa pesquisa feita pela crítica literária Paula Gunn Allen sobre os Cheroquis (tribo indígena norte americana), Lugones (2020) cita outras tribos como

os quehannas, hurões, iroqueses, pueblos, navajos, narragansettes, algonquinos da Costam montagnais. Todas tribos ginocêntricas. Algumas também reconheciam práticas não heterossexuais <sup>iv</sup>de maneira positiva como “os apaches, navajos, winnebagos cheyennes, pimas, crows, shoshonis, paiutes, osages, acomas, zunis, siouxies, pawnees, choctaws, creeks, yumas, astecas, tlingites, maias, naskapis, poncãs, maricopas, lamaths, quinaults, yukis, chilulas, kamias. Vinte dessas tribos tinham referências específicas ao lesbianismo [a autora faz uma nota ao termo lesbianismo] (LUGONES, 2020,p. 71)

Julieta Paredes Carval (2020), feminista decolonial, boliviana, integrante do grupo de feministas autônomas *Mujeres Creando*, no artigo *Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental*, retoma o conceito de *chacha-warmi* (homem-mulher) que “ainda que de modo confuso e machista, nos propõe um par complementar, mas um par machista de complementaridade hierárquica e vertical” (CARVAL, 2020, p. 198). A ativista propõe um modelo de complementaridade que não tenha como foco o modelo cisheteronormativo compulsório, assim inverte o conceito para *warmi-chacha* (mulher-homem) e gira a relação hierárquica e vertical para horizontal, podendo também o *warmi-chacha* significar diferentes corpos. Apesar de um conceito um tanto essencialista e biologizante do gênero, o que quero mostrar aqui é como o sistema-mundo colonial de gênero se estruturou sob o signo de modernidade.

A psicóloga Luciana Balestrin, seguindo o conceito de Walter Mignolo da *Matriz Colonial de Poder (MCP)*, que depois será chamado de *Colonialidade do Poder*, desenvolve um quadro explicativo como exposto por Mignolo. A *imagem 1* corresponde ao gráfico publicado no importante artigo *América Latina e Giro Decolonial*, publicado na Revista Brasileira de Ciência Política em 2013. Como podemos observar ao analisar a imagem, a relação do que chamarei de *dobras da Colonialidade do Poder*, parece não ser de constituição mútua, muito pelo contrário. A colonialidade do gênero especificamente e que me será mais útil, por exemplo, é considerada apenas como produto da Colonialidade do Poder.

Imagem 1: Organograma da Colonialidade do Poder e seus demais controles



Fonte: (BALESTRIN, 2013, p. 100)

Esse quadro que esboço de início nesse tópico me serve como ponto de partida e de chegada. Como fundamento teórico e estratégia política. Lugones (2020) propõe complexificar o conceito de Colonialidade do Poder de Quijano a partir do

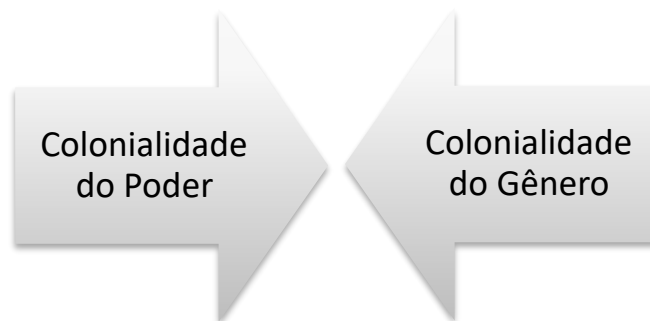


sistema de gênero, pois não apenas a “raça”<sup>v</sup> é uma ficção colonial, como o “gênero” também é. “A lógica dos eixos estruturais mostra o gênero como formado por e formando a colonialidade do poder. Nesse sentido, não existe uma separação de raça/gênero no padrão de Quijano.” (LUGONES, 2020, p. 60). Em outro trecho do artigo a autora escreve “é importante entender o quanto a imposição desse sistema de gênero forma a colonialidade do poder, e o tanto que a colonialidade do poder forma a esse sistema de gênero. A relação entre eles segue uma lógica de formação mútua” (LUGONES, 2020, p. 72).

Assim, seguindo a crítica proposta por Lugones e outras feministas, me parece que o quadro precisa ser alterado como na *imagem 2*,

“quijano entende que o poder este estruturado em relações de dominação, exploração, e conflito entre atores sociais que disputam o controle de ‘quatro âmbitos básicos da vida humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e seus produtos” (LUGONES, 2020, p. 55)

**Imagem 2: A Colonialidade do Poder se retroalimenta junto a Colonialidade do Gênero**



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

ou seja, vetores que se retroalimentam e se produzem à medida que coexistem. É nessa “co”incidência que parte dos *Estudos Feministas e LGBTQIAPN+ Decoloniais* vão apoiar suas críticas.

Caminhando no mesmo sentido a pesquisadora, professora, feminista decolonial nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí em sua densa crítica ao sistema colonial de gênero que resultou em sua tese intitulada *A invenção das Mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*, expõe o sentido ficcional do gênero criado e implantado pelo ocidente nas violências e violações da colonização e como essa matriz de pensamento da colonialidade envenenou historicamente análises de sociedade africanas baseadas na categoria de gênero.

Para a pesquisadora, as feministas ocidentais produzem conhecimento a partir da epistemologia do modelo de família nuclear, essa característica constrói um modelo de família generificada e heterossexual, “a família nuclear é uma família generificada por excelência [...], a mulher subordinada, um marido patriarcal e seus filhos” (Oyěwùmí, 2020, p. 88). Gênero como categoria de análise desenvolvida pelo feminismo branco, dito de segunda onda, do norte global, possui uma arquitetura e mobiliário que derivam majoritariamente dessa corrente epistemológica, servindo então como categoria colonial, como aponta a feminista negra lésbica Yuderkys Espinosa Miñoso, ou o que ela vai chamar de *colonialidade da razão feminista* (MIÑOSO, 2020).

Assim, proponho uma torção, não é uma quebra. Comunicando com esse movimento crítico, apontando o caráter ficcional do sexo, que eu havia lido no início da graduação no livro *História da Sexualidade – A vontade de saber* do filósofo, branco, gay, francês, Michel Foucault. Naquele momento não conseguia entender como o dispositivo da sexualidade produziu discursos diversos e multidirecionados, institucionais ou não, no sentido de produzir controle biopolítico.



A torção teórica que aponto é o uso estratégico da geopolítica de produção de efeitos de subalternidade incorporando uma crítica local das epistemologias de sexualidades do *cu do mundo*. Ou seja, a heterossexualidade é mais do que uma sexualidade, é um regime de verdade, uma norma, um padrão, regido pelo dispositivo da sexualidade a fim de controle biopolítico, da população. A heterossexualidade é parte constituinte do sistema moderno-colonial de gênero, visto que, para Lugones “o sistema de gênero é heterossexualista, já que a heterossexualidade permeia o controle patriarcal e racializado da produção – inclusive de conhecimento – e da autoridade coletiva” (LUGONES, 2021, p. 78). Para Miñoso, “la (hetero)sexualidad, al igual que el género, la raza, la etnia... no son más que regímenes de poder-saber asentados en la producción de subjetividad y de tipos de sujetos con fines materiales de opresión” (2017, p. 266).

Segui esse movimento de retomar notas da emergência não dos Estudos de Gênero, mas daqueles que orbitam o conceito de Colonialidade de Gênero, não para pensar as produções de saber de dentro dos grupos organizados que passam a se institucionalizar nas ONGs, Universidades e grupos de pesquisa de gênero e sexualidade, mas pra montar um cenário político, social e cultural de que desemboca na autoafirmação, no orgulho e na organização desses sujeitos homossexuais subalternizados.

Teóricas latino americanas importantes como Norma Mogrovejo (2020), no artigo *O queer, as mulheres e as lésbicas na academia e no ativismo em Abya Yala*, ou como Yuderkys Espinosa Miñoso em *Lá Política Sexual Radical Autónoma, sus debates internos y su crítica a la ideología de la diversidad sexual*, criticam a chegada dos estudos *queer* à América Latina por serem traduzidos a partir de conceitos norte estadunidenses, promovendo uma política radical de desestabilização das identidades como futuro e modernidade, sendo que em Abya Yala já temos experiências de sociabilização para além do modelo de gênero colonial/moderno, ou seja, criticam que as ferramentas locais sejam suprimidas por ferramentas muitas vezes coloniais.

Ainda no seu texto, Yuderkys (2020) desenvolve uma análise sobre o feminismo com base no método genealógico foucaultiano para pensar o feminismo autônomo latino americano. Miñoso ao propor uma genealogia das formas de atuação dos movimentos feministas e por diversidade sexual tece críticas à atuação política de grupos assimilacionistas à heterossexualidade, que buscam alargar o conceito de norma para que caibam. Nesse ponto, a *Teoria Queer*, como uma teoria abjeta, que vem do *cu* como alguns teóricos/as/es propõem, também formula uma crítica profunda a fixidez das identidades e a articulação de pautas, estratégias e táticas que tenham como foco a normalização.

O feminismo autônomo, na afirmação da categoria mulheres, acaba por reiterar uma lógica do dimorfismo biológico sexual que ficou intrínseco na análise da *Colonialidade do Poder* de Quijano e que Lugones faz questão de projetar ênfase. O grupo do feminismo autônomo carrega historicamente “la producción del mito de la autonomía violenta y transfóbica” (MIÑOSO, 2017, p. 270). Nessa torção teórica, para a pesquisadora, mesmo criticando a Teoria Queer, “quizás ambas críticas deberán ser escuchadas por aquellas a las que compete.” (MIÑOSO, 2017, p. 271). Essa citação para mim é chave pra não cairmos na fixidez de produções teóricas.

A antropóloga brasileira Larissa Pelúcio, ainda quanto a essa torção teórica que venho desenvolvendo, afirma que “temos enfrentado antropofagicamente esse desafio de pensar a realidade local a partir de uma produção própria, não sectária, que não recusa o que vem de fora, mas devora” (PELUCIO, 2021, p. 294). Ela propõe que a tradução do *queer* para o Brasil deve “pensar a partir de outras categorias e, por que não, de outros órgãos, como forma de desestabilizar o lugar da cabeça como metonímia para a razão ocidental.” (PELUCIO, 2021, p. 298). Assim, o *cu* seria o órgão pensante. O órgão que por si leva a merda todo o sistema colonial-moderno de gênero. O órgão privatizado de prazer, alvo do desejo, do lascivo desejo, da carne, da proposta, do engolir antropofágico que caga para às normas, para a colonialidade.

## O QUE DIZEMOS QUANDO FALAMOS DAS BORDAS DO MUNDO?

“Das bordas” aqui tem duplo sentido. Podemos falar das bordas enquanto um sujeito, enquanto referência a ser analisada, enquanto sujeito da minha oração; mas também podemos interpretar “das bordas” enquanto um espaço geopolítico, produzido a partir de uma noção de centro. Parece-me que as duas produzem epistemologias distintas, mas que dialogam. Os *Estudos Decoloniais* têm se preocupado em definir o conceito de *Modernidade* para expor que em seu lado obscuro (MIGNOLO, 2017) está a *Colonialidade* e o conceito de *eurocentrismo* como consequência da Colonialidade do Poder, Colonialidade do Saber, Colonialidade do Ser e Colonialidade do Gênero. A Europa como centro e, sobretudo após o período Pós-Guerra os Estados Unidos da América como centro, têm reiterado a lógica de dominação colonial e





subjetivado sujeitos como menos desenvolvidos intelectualmente, sobretudo terceiro-mundistas, em desenvolvimento, apontados para o cone norte global como “norte”, como referência.

Quando Larissa Pelúcio propõe as bordas a se abrirem e engolirem num movimento antropofágico, o esforço de romper com o padrão da *Colonialidade* é um convite a radicalidade epistêmica. Apesar de a origem da *Teoria Queer* está geolocalizada num espaço de privilégio epistêmico, para a antropóloga,

os estudos queer se constituíram como um saber marginal que procurava desafiar as ciências canônicas, assim como colocar em xeque o próprio movimento de gays e lésbicas que, na crítica queer, estava se tornando assimilacionista e reiterador da ordem hegemônica [...]. Nasceu como resposta atrevida das pessoas marginalizadas por uma ordem regulatória dos corpos, das sexualidades e assim também das subjetividades. (PELÚCIO, 2020, p. 293-294).

Como propõe a artista e performance Pedra Costa em seu *periferiacentroperiferia* “jamais serei Judith Butler, mas sendo mais próximo de Nízia Floresta me contento com a tradução cultural que posso fazer da Butler e de suas teorias, numa infidelidade criativa que me surpreende e cria algo novo.”<sup>vi</sup> Assim, me abro ao risco de errar, de promover distintas conexões. Como complementa a performer “os periféricos não necessitam da aprovação dos centros”.

## O PROBLEMA DA HETEROSSEXUALIDADE

Parece-me, com o desenvolvido no tópico acima, que contar a história da organização social e política de sujeitos que sentem desejo por outros sujeitos considerados do mesmo sexo no regime de verdade produzido sob o desenrolar da colonialidade do poder, do gênero e do saber, é também descolonizar nosso padrão de pensamento heterossexual (e consequentemente ocidental, branco e masculino).

Segundo o dicionário Aurélio o termo *Orgulho* significa “sentimento de satisfação com os seus próprios feitos e qualidades, ou com as realizações de outra pessoa”, ainda segundo o Aurélio, na segunda definição, “excesso de admiração que o indivíduo tem em relação a si próprio, baseado em suas próprias características, qualidades ou ações; arrogância”.

Quando pesquisado por “Orgulho LGBT” o dicionário não possui uma definição, aponta para o significado de orgulho e para o significado da sigla LGBT. A primeira noção de orgulho apontada pelo dicionário talvez dê de conta, inicialmente, ao argumento que tenho construído. Porém, o “sentimento de satisfação com seus próprios feitos e qualidades” será potencializado e pensado a partir da noção de heterossexualidade compulsória (WITTIG, 1980; RICH, 1993), do mito da heterossexualidade e da complementaridade do sexo/gênero entre homens e mulheres (GUASCH, 2007) e da heterossexualidade enquanto invenção no século XIX (KATZ, 1996), ou seja, no regime de verdade criado pelo dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 2020) se instituiu políticas do corpo designando formas de ser, de parecer e de se portar que instituíram a heterossexualidade como forma única de experiência da sexualidade seguindo a falsa congruência colonial de gênero.

A segunda definição do dicionário diz respeito ao campo da arrogância, soberba, desdém e estes não serão aqui tratados, pois, mesmo que utilizados e apropriados pela cultura das dissidências sexuais e de gênero, o significado não seria o mesmo. A arrogância, a soberba e o desdém à cultura heterossexual poderia estar relacionada no máximo à expressão da iconoclastia, a quebra de signos e padrões heterossexuais (VIDARTE, 2019). Assim, não seriam sentimentos pensados a partir das noções de cultura dos grupos tidos como universais (sobretudo heterossexual e cisgênero), mas como ferramentas e táticas políticas de resistência à dada cultura que visa disciplinarizar nossos corpos.

Lendo e estudando pesquisas que se deram no período do neodesenvolvimentismo dos governos do Partido dos Trabalhadores nas primeiras décadas do século XXI parecia que os/as/es pesquisadores/as enxergavam com otimismo as ondas de “direitos” que pessoas LGBTQIAP+ vinham conquistando fruto sobretudo do *lobby* dos movimentos organizados que podemos chamar hoje de Movimento LGBTQIAP+ (mesmo fazendo a crítica ao assimilacionismo à heterossexualidade que desenvolverei mais à frente). O reconhecimento do direito à união homoafetiva em 2011, do direito ao casamento civil em 2013, o direito de adoção pro casais homossexuais, que, aliás, colocaram no centro das discussões o conceito de família tão caro a heterossexualidade e ao projeto colonial, o direito de pessoas trans\*<sup>vii</sup> como o acesso facilitado a retificação de documentos em cartórios de registro civil.



O golpe político, judiciário e midiático impetrado contra a presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente, significou um aprofundamento da política conservadora, fascista, LGBTQIAP+fóbica, racista e machista de extrema-direita. Não por acaso, Michel Temer, seu vice, deu início a implementação de reformas políticas que tiveram como centro a precarização dos postos de trabalho, a pobreza, a fome... O Brasil cai em um buraco cada vez maior de abismo social e desigualdades. O Conselho LGBT, importante ferramenta de orientação para políticas públicas no Brasil foi desmantelado, o conservadorismo e a polarização entre vida e morte ficou cada vez mais evidente.

O Brasil ainda é o país que mais mata pessoas LGBTQIAP+ no mundo. O grupo Gay da Bahia há 40 anos desenvolve pesquisas e relatórios com base nos noticiários da mídia, ou seja, os dados coletados são apenas a ponta de uma profunda raiz de ódio e perseguição sofridos por pessoas dissidentes. Em 2021 houve uma morte a cada 29 horas. Foram 300 casos de morte violenta no Brasil, 8% a mais que no ano anterior. Desses 300, 276 foram homicídio (92%) e 24 suicídios (8%)<sup>viii</sup>.

Os dados analisados também apontam o Nordeste como a “região onde mais LGBT tiveram mortes violentas, 35% dos casos” (DOMINGOS; MOTT, 2022, p. 2). Nessas quatro décadas, com exceção do ano de 2020 quando pela única e primeira vez pessoas trans\* ultrapassou, o número de gays que sofreram mortes violentas tem sido “termos absolutos”. Racializando esses número, 28%, ou seja, a maioria são pessoas brancas, 25% pardas, 16% pretas e uma indígena. Apesar de trabalhar com essas categorias separadas, considerando pretos e pardos o número sobe vertiginosamente para 41%, sendo quase metade do contingente. Outro aspecto metodológico dessa pesquisa é que está limitada ao esforço voluntário de seus organizadores de organizar e centralizar todos os casos ocorridos no país com base nos noticiários. Esse detalhe pode revelar muito, visto que devido o racismo institucional e estrutural os ataques a pessoas brancas, sobretudo de classes abastadas, são o centro das manchetes. Atravessando e classificando com base no etarismo, a morte violenta de uma pessoa mais velha foi contra um gay de 76 anos, enquanto a pessoa mais jovem foi uma menina travesti de 13 anos. A Paraíba está em 16º lugar no triste ranking de casos de mortes violentas a pessoas LGBTQIAP+ com 6 casos, equivalente a 2% do total nacional.

Os dados fazem emergir um conjunto de sensações e revoltas, mostra que a masculinidade violenta característica da nordestinidade faz dezenas de vítimas quase que diariamente. Esses dados também corroboram com a afirmação de que a heterossexualidade está longe de ser apenas uma sexualidade como a homossexualidade, mais do que isso, é um regime de poder colonial que mata aqueles que ousam não caber na norma.

Pentear a contrapelo o lado visível da colonialidade do gênero. Para Lugones (2020) “o sistema de gênero tem um lado visível/iluminado e um oculto/obscuro. O lado visível iluminado constrói hegemonicamente o gênero e as relações de gênero” (p. 78), assim dão sentido as categorias coloniais homem/mulher. A Teoria Queer também tem proposto um novo olhar sob aquilo que possivelmente não teria história, os longos traços do biológico e consequentemente natural e imutável. Um projeto que retorne o olhar, uma torção epistemológica promovida por bichas que historicamente foram perguntadas de onde vieram, como alienígenas pisando em terrenos estranhos.

Isso não significa uma longa história da sexualidade passando das práticas da antiguidade clássica até os dias de hoje, mas sim para problematizar o caráter histórico da heterossexualidade. Assim, em um primeiro momento delinheio a emergência de categorias centrais para essa pesquisa a heterossexualidade e da homossexualidade nos múltiplos discursos médico-legais do século XIX, como esses discursos produziram a heterossexualidade enquanto norma e prática saudável do corpo e, em contraposição, a homossexualidade como degeneração para todo o corpo biológico e social; e, em um segundo momento, problematizo como essas categorias inventaram políticas do corpo, identidades múltiplas que desafiam sua própria rigidez e fixidez. Essa mobília, a meu ver, é fundamental para construir o cenário em que emergem forças e vozes de resistência organizada.

## MATERNIDADE COLONIAL: O NASCIMENTO DAS CATEGORIAS HETEROSSEXUAL E HOMOSSEXUAL

Pode um saber dominante escutar uma fala subalterna quando ela se manifesta? (MOMBAÇA, 2015, p. 7)

“destacar somente aqueles processos que resultaram historicamente na formação da homossexualidade significa implicar que a heterossexualidade é, de alguma forma, a construção mais autoevidente, natural ou estável”, (JAGOSE, 1996, p. 16 [tradução minha]).

Dialogo com teóricas/os/es, artistas e experiências que respiram um novo projeto político de organização social coletiva, de (des)estrutura do sistema mundo moderno-colonial de gênero. Venho defendendo nesse desenrolar de problematizações o uso estratégico de conceitos caros para aquilo que chamamos de Teoria Queer e Teorias Decoloniais.



Esta relação que não parece óbvia reitera, na superfície da cisheterossexualidade, as engrenagens da colonialidade de saber sendo retroalimentada pela colonialidade do poder e pela colonialidade do gênero.

Expor uma breve genealogia da atual instituição biopolítica da heterossexualidade permite criar estranheza no natural, quebrar a falsa congruência do “sexo”, “gênero”, “desejo” e “prática sexual” apontada por Butler (2020) na inteligibilidade dos corpos ditos normais, saudáveis, reprodutores não apenas da “espécie”, mas dos valores morais que sustentam a ficção desse regime de verdade.

Os estudos gays e lésbicos, que posteriormente darão origem (não de forma evolutiva) aos estudos *queer* no período da eclosão da epidemia de HIV/AIDS, vem desde a década de 1970 tomando lugar em departamentos, grupos de pesquisa e na historiografia, porém a universidade continua sendo um espaço de exclusão, como afirma J. Mombaça no artigo *Pode um cu mestiço falar?: “a academia, mais do que um espaço neutro de produção de conhecimento científico, deve ser compreendida como espaço de violência e exclusão”* (MOMBAÇA, 2015, p. 10). Essa afirmação de Mombaça parece óbvia em um primeiro momento, mas possui teor profundo de historicidade que desenvolverei nessa sessão.

A “maternidade colonial” ao qual me refiro nesse subtítulo é um jogo de palavras. Problematiza a “maternidade” em seu sentido restrito e institucional, de fazer nascer, de revelar o menino ou menina aos propósitos das ansiedades dos pais (homem e mulher) que já planejaram ou certamente planejarão a cor do quarto, os elementos que o compõe, as roupas e todos os múltiplos discursos que se materializam no fazer gênero da criança; uso o termo “maternidade colonial” também para me referir ao caráter histórico da emergência das categorias de heterossexualidade e homossexualidade, ambas nas pesquisas médico-legais.

Aqui me refiro ao nascimento dessas categorias em clínicas médicas em um sentido amplo, produzidas pela colonialidade do poder, saber e gênero que se movimentam tanto numa proporção molecular, quanto com grandes abalos de placas tectônicas. É a colonialidade do saber e o privilégio epistêmico de homens, heterossexuais, brancos, europeus e cisgêneros que reitera o poder da heterossexualidade em medicalizar e patologizar sujeitos outros no processo de produção das diferenças, daquilo que é normal e do anormal e por isso degenerado.

A engrenagem biopolítica que mantém a congruência sexo/gênero/desejo/prática sexual se mostra como natural e conseqüentemente sem história. Existe desde que o mundo é mundo, ou seja, homens, que nascem com a genitália dita masculina, o pênis, que se identificam como homens (não poder haver arestas da problemática disforia) e gostam de mulheres (naturalmente heterossexuais) e, por outro lado, mulheres, que nascem com a genitália oposta ao do homem<sup>ix</sup>, a vagina, que se identificam como mulheres e que gostam de homens. Percebe-se que esse sistema ao passo que constrói a norma, cria hierarquias múltiplas e reitera, em seu seio, a opressão e subalternização de mulheres numa lógica hipotética da heterossexualidade eterna.

Para Jonathan Ned Kats,

A heterossexualidade não é análoga ao ato sexual reprodutivo dos sexos; não é o mesmo que as diferenças sexuais; não é igual ao erotismo de mulheres e homens. Eu argumento que a heterossexualidade significa um arranjo histórico particular dos sexos e se seus prazeres. (1996, p. 14)

A tempo, como investiga teóricos/as/es e ativistas *queer*, nos perguntamos e produzimos saber sobre sujeitos/as/es que sentem o desejo de se vestirem com a roupa do sexo oposto, mas dificilmente ou quase nunca, nos perguntamos sobre pessoas que sentem o desejo de se vestirem com as roupas do próprio sexo. No mesmo andar tem havido produções de discursos e saberes diversos que estudam as pessoas trans\* e crescido um movimento de teorização da cisgeneridade enquanto categoria analítica como Viviane Vergueiro, J. Mombaça, Letícia Nascimento e tantas/os/es outras/os/es.

As ferramentas decoloniais nos apontam a imposição do mobiliário de gênero no processo de colonização como desenvolvi no tópico anterior, porém, é com o desenvolvimento das *sciencia sexuales* (FOUCAULT, 2020), no ocidente, que estudos de sexólogos, psiquiatras, psicólogos, criminalistas e outros discursos fizeram emergir saberes que refletiam a ordem colonial de poder.

O filósofo, francês, branco e homossexual Michel Foucault em A história da Sexualidade a vontade de saber reitera,



na preocupação com o sexo, que aumenta ao longo de todo o século XIX, quatro figuras se esboçam como objetos privilegiados de saber, alvos e pontos de fixação dos empreendimentos do saber: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso (FOUCAULT, 2020, p. 114)

e completa,

essa mutação se situa na passagem do século VIII para o século XIX, [...] A medicina das perversões e os programas de eugenia foram, na tecnologia do sexo, as duas grandes inovações da segunda metade do século XIX (FOUCAULT, 2020, p. 128)

A formulação clássica do personagem homossexual vai se caracterizar na transição do sujeito sodomita, ou seja, sujeito que é efeito de sua prática sexual pecaminosa, para paulatinamente, o sujeito com determinadas características natas ou inatas de perversão. Karl-Heinrich Ulrichs, jurista alemão e homem que sentia desejo por outro homem, desenvolve o termo *uranista* para nomear homens que sentem atração por outros homens. Para o jurista o uranista era um *terceiro sexo*. Ele desenvolve uma descrição completa dos uranistas em doze livros publicados entre 1864 e 1879. (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 38)

O termo homossexual surge da jornalista húngara trans\* Károli Maria Kertbeny em folhetos contra a punição da sodomia masculina na Prússia (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Porém é no livro *A invenção da heterossexualidade* do historiador Jonathan Ned Kats que o termo homossexual e heterossexual vão ganhar devida projeção e luz sofre suas fiações que os criaram, sustentaram e sustentam. O historiador aponta que nem sempre o uso do termo “heterossexual” esteve relacionado diretamente ao normal, bom e saudável. Seu “primeiro uso conhecido da palavra heterossexual nos Estados Unidos ocorreu em um artigo do Dr. James G. Kiernan, publicado em um jornal de medicina de Chicago em maio de 1882” (KATS, 1996, p. 31).

O sujeito dito heterossexual de Kiernan estava ligado a “manifestações anormais do apetite sexual” (KATS, 1996, p. 31). O prefixo hetero para Kiernan não significava o desejo sexual pela pessoa do sexo oposto, mas a uma espécie de *hermafroditismo psíquico*, ao desejo por dois sexos diferentes. Essa teoria presumia que os sentimentos tinham e advinham de um sexo biológico. Esses heterossexuais também eram culpados pelos métodos anormais de ter prazer que não reproduziam a espécie ao mesmo tempo que também apresentavam o desejo normal pelo sexo<sup>x</sup>.

Nesse mesmo artigo, Kiernan também designa o termo homossexual como “pessoas com um estado geral do sexo oposto” (KATS, 1996, p. 31), eram invertidos, contrários ao seu gênero, a própria masculinidade e feminilidade. Assim, este artigo também estreou o uso do termo “homossexual” na modernidade.

A velha norma reprodutiva do heterossexual e do homossexual de Kiernan passa a dar lugar a um *instinto sexual* reprodutivo no interior das subjetividades. Esse novo hetero-sexual, separado com hífen, emerge em 1893 com a publicação de *Psycopathia Sexualis, with Especial Reference to Contrary Sexual Instinct: a Medico-Legal Study* [Psycopathia Sexualis, com referência especial ao instinto sexual contrário: um estudo médico-legal] do professor de Psiquiatria e Neurologia, heterossexual, branco e europeu, Richard von Krafft-Ebing. Para o autor o hetero-sexual possui um *instinto sexual* enquanto seu oposto teria o instinto sexual patológico ou o instinto sexual contrário.

O termo hetero-sexual, de Krafft-Ebing, não faz qualquer referência explícita à reprodução, embora implicitamente sempre incluía o desejo reprodutivo. Por isso, significa da mesma forma uma normalidade erótica. Seu termo gêmeo, homo-sexual, sempre significa um desejo pelo mesmo sexo, patológico porque não é reprodutivo. (KATS, 1996, p. 34)

Essa divisão entre a forma de enxergar a heterossexualidade entres Kiernan e Krafft-Ebing também não é tão simples, visto que para esse último, a heterossexualidade permanece no escopo da estratégia de natalidade, ligada a um desvio não reprodutivo, ou seja, biopolítico.



O livro *Psycoopathia Sexualis* é um ponto chave no desenrolar da heterossexualidade. O professor de psiquiatria o desenvolve a partir de pesquisas clínicas que visavam a “cura” do sentimento homossexual. Em seu desenvolvimento dois conceitos são importantes: 1) *perversão sexual congênita*, “uma distinção entre atos supostamente causados por uma anormalidade inata, biológica”; e 2) *perversão sexual adquirida*, “atos voluntários que constituem uma perversão” (KATS, 1996, p. 40). Esse movimento projeta uma moral biológica, uma escolha dos sujeitos não apenas de seus atos, mas do desejo de muda-los, “essa bioética determinista afirma [no século XX] que a heterossexualidade é um fato imutável da natureza, uma norma estabelecida naturalmente” (KATS, 1996, p. 40). Essa distinção delinea o invertido verdadeiro, congênito, de causas inatas e aqueles pervertidos que praticam por escolha. (SIMÕES; FACCHINI, 2009)

Para desenvolver seu estudo, Krafft-Ebing cita diversos casos de homens que o procuraram por estarem sentindo desejo por outros homens, por sonharem com outros homens, por acharem que são pervertidos por ainda não terem casado, inclusive o casamento é um aspecto fundamental naquilo que o pesquisador vai apontar como a “cura” desses pacientes. Nesse momento terapias como sonambulismo, a hidroterapia, a faradização (terapia de choque) e hipnose com sugestões como

1. eu tenho horror ao onanismo [...],
2. Não tenho interesse pelos homens; porque o amor pelos homens é contra a religião, a natureza e a lei.
- 3 eu me sinto atraído pelas mulheres; porque a mulher é encantadora, desejável e criada para os homens (KATS, 1996, p. 37).

Essas teorias articularam uma variedade de expressões da vida humana, da sexualidade e das constituições biológicas dos corpos, “elas se orientavam por um conjunto de preocupações políticas e morais voltadas a identificar toda sorte de anomalias, perversões ou ameaças na esfera da sexualidade” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 37) e da identidade de gênero.

A partir da decolonialidade não posso dizer que a prática do desejo, relação, cosmogonia e prática sexual de homens que sentem atração por outros homens surgiu apenas no século XIX, visto que, como aponta as feministas decoloniais, o gênero foi envenenado nos territórios colonizados. Muito menos posso afirmar que os sujeitos homossexuais e heterossexuais foram ali, na clínica, inventados, visto que esses pesquisadores buscavam, na classificação, compreender o fenômeno visível da existência de sujeitos que fugiam a norma. Esse movimento colonial e violento (parece pleonasma, mas merece ser reiterado) lançou saberes que viriam a ser novas identidades sexuais, sociais e culturais. Ao passo que a heterossexualidade foi se desenvolvendo como norma institucional do sistema moderno-colonial de gênero, a homossexualidade, seu lado oculto, passa a ser produzido pela chancela da verdade científica.

Outros pesquisadores como o próprio Ulrichs, que citei anteriormente, disputarão o sentido do termo homossexual no sentido de livrá-los da perseguição legal e moral. Como o filósofo britânico Edward Carpenter e o médico Magnus Hirschfeld, sendo este último o fundador do Comitê Humanitário Científico, em 1887, proclamando o *terceiro sexo* (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Outra contribuição foi do médico britânico Havelock Ellis que para livrar homossexuais da vala da degeneração faz uma lista de homossexuais que contribuiriam positivamente para a sociedade. Figuram nessa lista “Erasmus de Roterdã, Leonardo da Vinci, Michelangelo, Alexander von Humboldt, Lord Byron, Oscar Wilde, Walt Whitman, Paul Verlaine e Safo de Lesbos” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 40).

Esses diversos discursos científicos eurocentrados serão irradiados para todo o restante do planeta quase que como as naus europeias. As novas classificações do homossexual delinquente, degenerado e patológico coexistirão com o sodomita pecador a nível global, afinal se esses corpos são perseguidos nos territórios europeus, o imperialismo heterossexual permanecerá violentando ainda mais corpos localizados em geopolíticas de subalternidade como desenvolvo sobre o Brasil no próximo tópico.

## NÃO HÁ PECADO NO SUL DO EQUADOR?

Não é um pecado, um crime, um vício a punir, mas um desvio orgânico, uma malformação interna, a diagnosticar, reconhecer e obviar ou corrigir. Não religião ou direito, que nada tem que fazer aqui, senão higiene, medicina, cirurgia talvez [...] (Estácio de Lima)<sup>xi</sup>.



Walter Mignolo (2017) descreve a Matriz Colonial de Poder (MCP) em seu fundamento histórico como um monstro de quatro cabeças, sendo essas cabeças âmbitos de controle e administração da ordem mundial e duas pernas, sendo uma o fundamento racial e a outra o fundamento patriarcal do conhecimento. Para o autor a colonialidade ocupa o lado escuro e não visível da modernidade. Quijano (2000) declara que o eurocentrismo é mais profundo que uma localização geográfica, é antes de tudo uma localização e um privilégio epistêmico. Esse eurocentrismo que implementou nas Américas a noção de gênero durante o colonialismo, implementa reiteradamente seus esforços na manutenção desse sistema a partir de múltiplos discursos. Digo isso porque a tradição intelectual brasileira se apoiou e ainda se apoia em grande escala (e devido à colonialidade do poder e do saber) nas produções teóricas da Europa e posteriormente dos Estados Unidos.

As teorias europeias que sugeriam comportamentos sociais desviantes como desequilíbrios hormonais congênitos passam a ocupar território das universidades brasileiras principalmente a partir dos estudos dos professores Leonídio Ribeiro, professor da disciplina de Medicina Legal e Criminologia na Escola Médica Fluminense, publicou a pesquisa *Homossexualismo e Endocrinologia*; Edmur de Aguiar Whitaker, médico, psiquiatra do Serviço de Identificação da Polícia e professor da Polícia de São Paulo, com a pesquisa *Manual de psicologia e psicopatologia judicial*; Antonio Carlos Pacheco e Silva, Professor do curso de Psiquiatria Clínica na Universidade de São Paulo (USP) com o seu *Psiquiatria clínica e forense*; Viriato Fernandes Nunes e outros tantos pesquisadores empenhados em estudar o exótico, o diferente e anormal.

No processo de desenvolvimento da pesquisa me deparei com algumas perguntas: se a medicina e a criminologia à brasileira importaram essas categorias de análise tão importantes para compreender a epistemologia de sujeitos/as/es contemporâneos/as e manutenção do poder colonial, como se portou a Faculdade de Medicina do Recife fundada em 1920? Quais os saberes foram produzidos aqui no nordeste? Ou melhor: foram produzidas pesquisas sobre homossexuais ligando a prática com a degeneração? Como essas pesquisas foram feitas? Havia clínica de “cura” ou reversão da perversão inata aqui na Paraíba? Quem são esses sujeitos? Como se dá o atravessamento com o processo de endocolonização que passou o nordeste brasileiro? Como e se esses saberes foram atingidos pela nordestinidade?

Para pensar as formas pelos quais sujeitos sodomitas e não sodomitas brasileiros foram constituídos e atribuídos pelo modo de subjetivação das identidades coloniais, eurocêntricas e importadas, aqui falo da “heterossexualidade” e “homossexualidade”, e conseqüentemente a produção de diferença, me uso da mola propulsora que foi a tese de doutorado do Historiador James N. Green intitulada *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*.

Nela o pesquisador define seu campo de pesquisa nas capitais São Paulo e Rio de Janeiro e descreve o longo processo de busca nos arquivos ainda não organizados e catalogados, sobretudo quando a palavra-chave da pesquisa era termo como homossexual, por exemplo.

O critério então de viabilidade dessa pesquisa que desenvolvo criou limites nas respostas dessas perguntas, visto que numa pesquisa online não encontrei um levantamento ou arquivo virtual dessas teses, dissertações, monografias e afins, bem como o tempo para planejamento e execução do levantamento desse material.

No mais, para atender aos objetivos dessa pesquisa de analisar as condições de emergência do movimento de homens e mulheres que sentiam atração pelo mesmo sexo, na Paraíba da abertura política (1981), a partir das próprias fontes do grupo, me parece que esses discursos médico-legais das capitais São Paulo e Rio de Janeiro dão conta, inicialmente, de um panorama político, social e cultural do ser diferente. Essas novas perguntas direcionarão possivelmente meus futuros trabalhos e certamente me levarão a outras perguntas.

Retomando quanto aos discursos científicos médico-legais “a tradição positivista no Brasil, que enfatizava a ‘ciência’ aplicada como mola propulsora do progresso social e mantenedora da ordem social, respaldava a intervenção do Estado para resolver os males da sociedade” (GREEN, 2019, p. 202). Essa forma de subjetivação vai buscar a manutenção da ordem social brasileira nas décadas de 1920 e 1930, sobretudo devido as constantes movimentações pelas quais passava a conjuntura política brasileira.

Em 1906, o médico clínico Dr. Pires de Almeida publica em um dos primeiros trabalhos que tratarão do tema da homossexualidade no Brasil, intitulado: *Homossexualismo/A libertinagem no Rio de Janeiro*. Pires está preocupado com a libertinagem, a ordenação social da virada do século XIX para o século XX. O homossexualismo deveria ser punido por ser antinatural visando à higiene e à moral, numa pedagogia do controle e condenação dos excessos de um Estado ordenador e modernizador, pois



O homossexualismo, com relação às suas consequências imediatas ou remotas, tanto afeta individualmente ao pervertido quanto à sociedade.

Neste ultimo ponto de vista, sobretudo, se não acirrado as opiniões no tocante aos meios de sanear a atmosfera social: querem uns capitular tais anomalias como crimes passíveis das penalidades relativas às condições de cada indivíduo – outros opinam que tais anomalias, constituindo exclusivamente um estado patológico, devem ser eliminadas como qualquer moléstia, não sendo, portanto, os pacientes passíveis de penas.

A questão, pois, se resume em duas palavras: prisão, aconselham os primeiros – hospital, os segundos. Acertam e erram uns e outros, vindo o erro do exclusivismo a que ambos se aferram: nem todos os casos são de hospital, como nem todos de cadeia. (PEREIRA apud PIRES, 1994, p. 105).

A industrialização, a modernização, a urbanização e conseqüentemente os problemas decorridos desses três. Após 1930 a Grande Depressão, as greves gerais de trabalhadores, as transformações do papel das mulheres na sociedade, o surgimento do da União da Republica Socialista Soviética (URSS) em 1917 e dos regimes nazifascistas na Europa, a chegada de Getúlio Vargas ao poder são alguns dos elementos que compõem o cenário histórico. Ao propor cura à degeneração do homossexualismo se propunha também cura e controle do tecido social doente e fraco. “Até onde muitos dos doutores e advogados de classe média e alta podiam conceber, comunistas, fascistas, criminosos, negros degenerados, imigrantes e homossexuais deveriam ser contidos, controlados e, no caso destes últimos, se possível, curados” (GREEN, 2019, p. 2003). Nessa citação acredito haver um erro por parte de Green, pois fascistas não foram necessariamente controlados, mas estavam muitas vezes em posição de controle, por exemplo, o professor de Psiquiatria Pacheco e Silva no qual citei anteriormente era líder da Liga da Higiene Mental, uma das mais importantes sociedades eugênicas no Brasil. No capítulo *Direito de curar: homossexualidade e medicina legal no Brasil dos anos 30*, publicado em 1994 no livro *A invenção do Brasil moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30*, o antropólogo Carlos Alberto Messeder Pedreira acrescenta “ao que tudo indica, a discussão em torno do gênero, nessa hora, parece ser uma dimensão chave da nova ‘ordenação nacional’ que a implementação do paradigma moderno implicava” (1994, p.89).

Uma das cabeças da MCP apontada por Quijano e sustentada pelas pernas do racismo e do patriarcalismo (ou do que as feministas decoloniais vão desenvolver como sistema moderno-colonial de gênero ou mais colonialidade do gênero) são assim fundamentais na execução do projeto científico brasileiro de progresso linear e evolutivo baseado, sobretudo nas tendências positivistas. Essa linearidade caminharia para a ordenação do corpo social, pois, “quando este universo de categorias é acionado pela medicina legal dos anos 30, o ponto problemático fundamental revela-se como aquele referente à necessidade de uma ‘correta ordenação’, de uma ‘correta arrumação’” (GREEN, 2019, p. 211).

A criação da identidade de trabalho após 1930, no governo de Getúlio Vargas, ajudará a perseguir, identificar e rastrear qualquer tipo de mudança na norma “agitadores anarquistas e socialistas, empregados relapsos e vagabundos” (GREEN, 2019, p. 212). Os estudos sobre tipos sanguíneos também corroboraram para a análise baseada em intelectuais como Lombroso e Gegório Marañoñ<sup>xii</sup> quanto da criminalidade ligada a traços de raça.

A partir de 1930 e 1940, aqui no Brasil, haverá um movimento de transição da figura do homossexual degenerado, praticante de um crime nitidamente tipificado, para o doente, medicalizado, anormal e conseqüentemente alvo do tratamento e da jurisdição médica. Gregório Marañoñ no prefácio do livro *Homossexualismo e endocrinologia* do brasileiro Leonídio Ribeiro reitera: “[...] o homossexual não deve ser tratado, a priori, como um delinquente. Um homossexual é um anormal [...]” (PEREIRA Apud MARAÑOÑ, 1994, p. 93.) Essas discussões estarão no interior da Medicina que naquele momento era fortemente influenciada pela combinação de caráter biológico-organicista e pela psicanálise freudiana. Reitera o médico Leonídio Ribeiro ao demarcar o papel da medicina

as práticas de inversão sexual não podiam continuar a ser consideradas, ao acaso, como pecado, vício ou crime, desde que se demonstrou tratar-se, em grande número de casos, de indivíduos doentes ou anormais, que não deviam ser castigados, porque careciam antes de tudo de tratamento e assistência. (...) A medicina havia libertado os loucos das prisões. Uma vez ainda, seria ela que salvaria da humilhação esses pobres indivíduos, muitos deles vítimas de suas taras e anomalias, pelas quais não podiam ser responsáveis. (PEREIRA apud RIBEIRO, 1994, p. 118)

A medicina, imbuída do dever social de atingir o lado escuro, de explicar a degeneração, de acessar o exótico e doente para curar o leproso homossexual doente. Causas orgânicas como



a encefalite, sífilis, meningite e traumatismos cranianos, podem provocar, em certos casos, o aparecimento de tendências homossexuais. A epilepsia, paralisia geral, mania e demência senil [...] delírios, com alucinações de formas as mais variadas, especialmente delírios de perseguição, em cuja gênese os psicanalistas fazem intervir os sentimentos de natureza homossexual recalçados no subconsciente. (RIBEIRO, 2010, p. 501)

Dois conceitos importantes aparecerão nesse momento e serão apoderados por Leonídio Ribeiro, o primeiro é de *interssexualismo*, interpretado das teorias de Goldsmidt e Marañón, em que o indivíduo é portador dos dois sexos, o masculino e o feminino, porém um deles pesaria mais na balança e ganharia proeminência. Se apoderando desse conceito, o médico brasileiro Afranio Peixoto desenvolverá o conceito de *missexuais*, pois haveria uma mistura desse estado interssexual, sendo essa mistura entre o “macho viril e a fêmea materna” resultante de uma escala percentual, por exemplo “um invertido que tem filhos e amantes, uma lésbica que tem marido e filhos, estarão na zona média dos ‘missexuais’, as imediações dos 50%.”, e completa o médico que a “diferenciação sexual jamais será perfeit[a]; será sempre relativo, de 1 a 99%” (RIBEIRO, 2010, p. 502).

Como apontei anteriormente, há alguns problemas metodológicos nas pesquisas desses médicos, no geral eles usavam como fonte para análise homossexuais que haviam sido presos em delegacias, ou seja, o recorte do que é homossexual já está implicitamente exposto, àqueles sujeitos que não eram afeminados passaram batidos da polícia e conseqüentemente dos estudos “esses indivíduos foram todos detidos em casa de prostituição, algumas exclusivamente masculina, pelo Delegado dr. Dulvidio Gonçalves, a quem aqui agradecemos o valioso concurso prestado à nossas verificações” (RIBEIRO, 2010, p. 506). Outro aspecto pode dizer respeito aos marcadores de raça e de classe, visto que, tomando a pesquisa de Ribeiro como exemplo, a maioria desses sujeitos foram classificados como negros ou pardos e de profissões populares como trabalhos domésticos, comércio, operários, alfaiates e outros. Outro problema metodológico está no levantamento dos dados. Como aqueles sujeitos já estavam detidos por serem homossexuais (mesmo não havendo crime específico por ser homossexual), o pesquisador analisa seus traços biológicos, seu biótipo, hipotensão arterial, distribuição de pelos no corpo, na região pubiana ou se estavam depilados, a ginecomastia (tamanho dos seios), o formato da bacia e outros dados a fim de perceber características em comum nesses sujeitos.

Ribeiro propunha também um tratamento médico-pedagógico para solucionar o “problema essencial” com dois possíveis tratamentos: “em primeiro lugar, educação e criação apropriadas – e, se isso se provar ineficaz, transplante de testículos” (GREEN, 2019, p. 225).

Assim, o pecado nefando da sodomia vai convivendo com outros atravessamentos e dispositivos de poder. Passa pelo poder de regulação desses corpos, de aprisionamento, para o poder médico-legal biopolítico. Esse movimento não significa de forma alguma o fim de uma forma de poder e substituição por outra, muito pelo contrário, até os dias atuais percebemos a convivência de todos esses discursos.

Os atos libidinosos, entre indivíduos do sexo masculino, serão reprimidos quando causarem escândalo público, impondo-se a ambos os participantes detenção de até um ano. Punir-se-á somente o sujeito ativo e a pena será a de prisão: (I) – por um a três anos, quando por violência ou ameaça grave, tiver constrangido o outro participante a tolerar o ato, ou este, por deficiência física, permanente ou transitória, acidental ou congênita, for incapaz de resistir a esta situação; (II) – por dois a seis anos, quando a vítima for menor de 14 anos, caso em que, para punição, se prescinde do escândalo público. Parágrafo único: Tratando-se de anormais, por causa patológica ou degenerativa, poderá o Juiz, baseado em perícia médica, substituir a pena por medida de segurança adequada às circunstâncias (RIBEIRO, 2010, p. 509-510)

Para Green (2019) essa foi a primeira vez, desde que o pecado da sodomia foi descriminalizado, em que estava explícita a criminalização da homossexualidade. Esse projeto no Código Penal foi lido com bons olhos pelos médicos e juristas, pois “constitui um passo à frente na solução do problema, pois prevê a hipótese da perícia médica, a fim de permitir ao Juiz a substituição da prisão pela internação, mostrando assim o grau de cultura de seus autores”.

Esse artigo mostra a superfície de uma discussão entre aqueles intelectuais que divergiam no binário cultura e natureza, patologia e crime, nato ou inato. O artigo foi vetado da lista de propostas para o Código de 1940. Durante o Estado Novo Vargas dissolve o Congresso e aprova o novo Código por decreto. “Os juízes não contaram com o poder legal





extraordinário para sentenciar homossexuais à reclusão em instituições mentais como queria Ribeiro. No entanto, os precedentes já estavam firmemente estabelecidos para permitir aos membros das famílias de homossexuais, justamente com médicos e psiquiatras, solicitar o confinamento de parentes envolvidos em atividades sexuais perversas em hospícios.” (GREEN, 2019, p. 230).

## CLOSES: FECHANDO IDEIAS

A política do corpo da primeira metade do século XX rapidamente descrita continuará se desenrolando em múltiplos e difusos discursos. Os asilos, instituições mentais, hospitais psiquiátricos e afins legitimarão a exclusão desses sujeitos, a limpeza e retirada de desviantes das ruas, confinando transgressores morais. Os tratamentos de choque a base da *convulsoterapia*, injeções de insulina. Esses tratamentos não chegaram à cura, obviamente, porém, por outro lado, serviram como controle social, pairando uma nuvem de terror e medo nos homossexuais.

No fim da década de 1930 para 1940 esses intelectuais aos poucos abandonarão à tona desses tipos de pesquisa, pois passarão a ser mal vistas, sobretudo por que estavam relacionadas às sociedades higienistas no contexto de Segunda Guerra Mundial. Porém esses discursos passarão a ocupar manuais sexuais mais simples, o que popularizou parte dessas ideias de degeneração, criminalidade e patologia. “A ênfase passou a recair sobre a imagem positiva e saudável da sociedade brasileira” (GREEN, 2019, p. 247).

Como mostrei, se para esses teóricos europeus o homossexualismo estava no ato do desejo por outro do mesmo sexo, nas suas fantasias ou práticas, seja com características natas ou inatas, aqui no Brasil, a relação com a homossexualidade está no papel de gênero desempenhado, assim o homossexual masculino seria aquele homossexual passivo, afeminado, com práticas anais no sexo. Essa ideia desenvolvida na primeira metade do século passado permeará as subjetividades da sociedade em geral e as práticas sexuais de homossexuais até pelo menos os anos 1970.

O complexo projeto de *epistemicídio*, ou seja, de perseguição não apenas a sujeitos desviantes da norma, mas aquilo que historicamente foi produzido como conhecimento desses grupos subalternizados, ligado ao regime de soberania do saber nas academias ligadas ao eurocentrismo, do norte global, serviram para a manutenção das formas de opressão e privilégio epistêmico. É preciso torcer as epistemologias, rever os desejos, estranhar as teorias e leituras apressadas da realidade.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. “Prefácio”, in: SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?*, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- BALLESTRIN, L. *América latina e o giro decolonial*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 11. Brasília, maio – agosto de 2013. p. 89 – 117.
- BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CAMARGOS, M. L. O surgimento das paradas LGBT no Brasil. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. – 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018.
- CARVAL, Julieta P. **Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental**. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 194-205.
- COLLINS, P. H. *Comentário sobre o artigo de Hekman “Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited”*: Onde está o poder? Signs.V.22, n. 2, 1997.
- CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-139.



- ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. *Revista Tabula Rasa*, 2003, n. 1, p. 58-86.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 10ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- GREEN, J. N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX*; traduzido por Cristina Fino, Cássio Arantes Leite. – 2. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- GONZÁLEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 38-51.
- GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*. Nº 1, vol 31, 2016. p. 25-49.
- GROSGOUEL, R. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. *Revista Contemporânea*. v. 2, n. 2, jul. – dez. 2012. p. 337 – 362
- GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS. (1998). “Manifiesto inaugural”, em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (orgs). Teorías sin disciplina: *latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México: Miguel Ángel Porrúa.
- GUASH, Ò. *La crisis de la heterosexualidad*. – 2. Ed. Novembro, 2007. Laertes, S.A. de Ediciones. C/ Virtur, 8, baixa – Barcelona.
- HOLLANDA, H, B. “Introdução”. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 10-37.
- JAGOSE, A. *Queer Theory. An introduction*. Nova York: New York University Press, 1996.
- KATZ, J. N. *A invenção da heterossexualidade*; tradução Clara Fernandes. – Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- LISBÔA, F. M. O dispositivo colonial: entre a arqueogenealogia de michel Foucault e os estudos decoloniais. *Revista Moara/Estudos Linguísticos*, ed. 57, vol. 2/jan -jul (2021). p. 33-51.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista de estudos feministas*, v. 22 n. 3 (2014), p. 935 -952.
- \_\_\_\_\_. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-84.
- MALDONADO-TORRES, N. A descolonização e o grio des-colonial. *Revista Tábula Rasa*, Bogotá-Colombia, n. 9, jul-dez 2008, p. 61-72.
- MIÑOSO, Y. E. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 96-119.
- MIÑOSO, Y. E. *La política sexual radical autónoma, sus debates internos y su crítica a la ideología de la diversidad sexual*. In: CÁRCAMO, Mirna P. et al. (Orgs.). *Mujeres intelectuales: feminismos y liberación em América Latina y el Caribe*. 1ª ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 259 – 273.
- MIGNOLO, W D. Colonialidade o lado mais escuro da modernidade. Traduzido por Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n 94, vol 32, 2017. p. 1-18.
- MIGNOLO, W. D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGOUEL, Ramon (coords.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- MOGROVEJO, N. O queer, as mulheres e as lésbicas na academia e no ativismo em Abya Yala. In: HOLLANDA, Heloísa (Org.). *Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global*. 1 ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 33 – 58.



MOMBAÇA, J. *Pode um cu mestiço falar?* Disponível em: <<https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>> Acesso em: 20 jun. 2022

OLIVEIRA, J. M. D.; MOTT, L. *Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia*. 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

OYEWÙMÍ, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 84-96.

PELÚCIO, L. História do cu do mundo: o que há de queer nas bordas?. In: HOLLANDA, Heloísa (Org.). *Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global*. 1 ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 287 – 302.

PEREIRA, C. A. M. O direito de curar: homossexualidade e medicina legal no Brasil dos anos 30. In: HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 88 – 129.

QUIJANO, A. *Colonialidade, eurocentrismo e América Latina*, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, 2000. p. 342-386.

RIBEIRO, L. Homossexualismo e endocrinologia. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 13, n. 3, 2010. p. 498 – 511.

RIBEIRO, R. J. *A política dos costumes*. Disponível em: <<https://artepensamento.ims.com.br/item/a-politica-dos-costumes/>>, acessado em 03/09/2022.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução Carlos Guilherme do Valle. *Bagoas*, n. 05, 1993, p. 17 – 44.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu* (28), Campinas, janeiro-junho de 2007:19-54.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R.. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TREVISAN, J. S. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. – 4ª ed. Ver., atual. E amp. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2018

VERAS, E. F.; PEDRO, J. M. Os silêncios de Clío: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n.13, p. 90 - 109, set./dez. 2014.

VERGUEIRO, V. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.

VIDARTE, P. *Ética bixa – proclamações libertárias para uma militância LGBTQ*. Traduzido por Pablo Cardellino Soto e Maria Selenir Nunes dos Santos. 1ª ed. São Paulo: n-1edições, 2019

WITTIG, M. *O Pensamento Hetero*. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20%20pensamento%20Hetero%20.pdf.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021



## NOTAS

<sup>i</sup> “ABYA YALA, na língua do povo Kuna, significa Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento e é sinônimo de América. O povo Kuna é originário da Serra Nevada, no norte da Colômbia, tendo habitado a região do Golfo de Urabá e das montanhas de Darien e vive atualmente na costa caribenha do Panamá na Comarca de Kuna Yala (San Blas). Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente como contraponto a América”. Ver mais detalhes em <https://iela.ufsc.br/povos-origin%C3%A1rios/abya-yala>.

<sup>ii</sup> Aqui me utilizo da sigla LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e Pessoas Não-Binárias) para pensar as dissidências sexuais e de gênero e suas articulações na subcultura. Nesse sentido, em alguns momentos, o uso político da sigla permitirá o deslocamento de cada sigla ou apenas o uso do termo guarda-chuva LGBT para me referir às possibilidades de sexualidades não circunscritas na sociedade cisheteronormativa

<sup>iii</sup> Este artigo é fruto do primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado defendida no PPGH – UFCG

<sup>iv</sup> Chamarei de práticas heterossexuais as práticas de sujeitos/as/es cisgêneros que obedecem a falsa congruência do sistema sexo/gênero, para citar Rubin (VER CITAÇÃO). As práticas homossexuais poderão ser chamadas de práticas homossexuais sendo não necessariamente inversas as consideradas heterossexuais ou chamadas de sodomia ou sodomita aludindo seu regime de historicidade.

<sup>v</sup> Quijano usa aspas pra expressar o caráter ficcional da raça.

<sup>vi</sup> Ver performance completa em <https://frescuss.noblogs.org/pedro-costa/>

<sup>vii</sup> Uso o Trans\* com (\*) em alguns momentos com base no livro Transfeminismo de Láticia Nascimento em que usa como termo-guarda chuva para se referir as identidades de pessoas transgeneras, transexuais e travestis. Aqui não incluo as pessoas não-binárias ou que se identificam fora do binário exatamente porque os direitos de pessoas LGBTQIAP+ tem sido ancorados na política de identidades na qual outras identidades projetam luz e provocam profundas fissuras.

<sup>viii</sup> Ver Relatório Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil no link: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>, acessado em: 28/08/2022.

<sup>ix</sup> A cisheterossexualidade presume não apenas o binário, mas a complementaridade do homem e mulher (GUASH, 2007).

<sup>x</sup> É anacronismo chamarmos essa prática ao que hoje conhecemos como bissexualidade.

<sup>xi</sup> Prefácio escrito pelo médico baiano Afrânio Peixoto para o livro *A inversão dos sexos* de Estácio de Lima em 1935.

<sup>xii</sup> Professor da Universidade de Madri, autor de *La Evolución de la Sexualidad y los Estados Intersexuales* em 1929.

